

A dívida externa e a nova realidade

6 MAR 1986

GERALDO FORBES

A reforma econômica tem três grandes inimigos que estão pondo em risco seu possível sucesso. São eles os merceteiros, os banqueiros e a dívida estrangeira.

A resistência dos dois primeiros pode ser tratada por bons modos ou pela força impositiva do governo, já que residentes no País. Aliás, a respeito nota-se um perigo acirramento de ânimos e graves questões econômicas estão virando caso de polícia. O ministro Brossard já indicou um dos mais visíveis transgressores como o "inimigo público nº 1", o que pode dificultar sua permanência no Conselho Monetário Nacional.

Embora se reconheça que o dr. Brossard tem toda a razão ao dizer que a lei é impessoal e que o consumidor tem toda a razão em defender o seu direito e a nova ordem do assalto dos inescrupulosos, é preciso haver equilíbrio do nosso lado, se não quisermos perder o controle da situação.

Espera-se em contrapartida mais dignidade, honestidade e seriedade dos que estão sendo apontados à execração do público, para não sofrerem o ônus da retaliação popular.

No caso dos bancos, corre-se o risco de estatização e, no caso dos estabelecimentos comerciais, que vendem alimentos, corre-se o risco mais presente do vandalismo e do saque. Uma e outra reação não servem ao País nem à nossa causa e, infelizmente, podem acontecer no calor da indignação ante o que parece ser a insensibilidade egoísta daqueles setores.

Que se enquadrem os violadores e os sabotadores do plano, que se aja com firmeza, mas com calma, com ponderação e sempre dentro da lei.

Talvez o mais importante, se o mais esquecido, dos inimigos do cruzado segue, porém, sendo o sugador da dívida externa.

A recente negociação concluída esta semana em Nova York representa uma economia de apenas cerca de 100 milhões de dólares, contra cerca de 10 bilhões de dólares de juros que continuamos tendo de remeter para os nossos credores em 1986.

Ora, se uma solução duradoura e realista do problema era antes mais do que necessária, agora, depois do cruzado, uma nova regra para o atendimento de nossos compromissos externos tornou-se inadiável e emergencial.

Já se está farto de saber que é impossível um acordo com os credores que atenda às nossas necessidades de limitação de custos e prorrogação de prazos. Só nos resta baixar imediatamente uma resolução encaminhando o problema de tal forma que salvaguardemos nosso plano de recuperação e, ao mesmo tempo, respeitemos na medida do possível os direitos dos banqueiros.

O PMDB está-se reunindo hoje em Brasília para tratar do assunto e teme-se que uma proposta radical, inviável e infantil como a de suspender-se qualquer pagamento por cinco anos seja a vitoriosa, porque a sua impraticabilidade teria o falso efeito de criar animosidade contra o governo sem de fato nada resolver.

A única alternativa possível situa-se na linha do projeto de lei do deputado Goldman e espera-se que o PMDB tenha, para variar, o bom senso de segui-la, melhorando-a e corrigindo-a no que couber.

Se uma proposta como esta, racional, equilibrada, realista e eficiente for levada pelo PMDB ao ministro Funaro, fica difícil para ele resistir às pressões. Aliás, a rigor, o

ministro não precisa ser pressionado para implementá-la, precisa simplesmente é ter a certeza de apoio para adotá-la.

Nada melhor então que o PMDB colabore eficazmente com o governo e proponha algo que faça sentido. A receita não poderá estar longe do seguinte:

a) Repagamento de juros e principal condicionado a existência de um nível mínimo de reservas — igual a 10% do total da dívida, por exemplo.

b) Sendo tal montante, embora flutuante, bastante respeitável é preciso oferecer aos credores a opção entre renovar seus créditos e esperar o seu repatriamento em uma fila.

c) A renovação se fará a uma taxa máxima de 0.5 acima do Libor ou do Prime à nossa opção, sempre por 16 anos com oito de carência.

d) A "espera" na fila só pagará juros de 2% a.a. que é para incentivar a renovação.

e) Haverá um teto de flutuação para a taxa de referência — 10% no máximo — de modo que nunca mais fiquemos sujeitos aos humores da política interna do Banco Central dos E.U.A.

f) Em compensação, para mostrarmos boa vontade e ausência de xenofobia, temos de abrir aos credores a possibilidade de mobilizarem os títulos da nossa dívida que seriam "bons como dinheiro" para pagar certas exportações, ou para investir aqui dentro, respeitados certos limites. Os benefícios seriam mútuos.

Como de qualquer forma o governo tomara alguma atitude a respeito do assunto nestes próximos dias, vamos ver se o PMDB é capaz de participar eficazmente do processo ou se vai continuar sendo um espectador a reboque dos acontecimentos.